

NEFI CORDEIRO
COLABORAÇÃO
PREMIADA

ATUALIZADA PELA LEI ANTICRIME

Copyright © 2020 by Editora Letramento

Copyright © 2020 by Nefi Cordeiro

DIRETOR EDITORIAL | Gustavo Abreu
DIRETOR ADMINISTRATIVO | Júnior Gaudereto
DIRETOR FINANCEIRO | Cláudio Macedo
LOGÍSTICA | Vinícius Santiago
COMUNICAÇÃO E MARKETING | Giulia Staar
EDITORA | Laura Brand
ASSISTENTE EDITORIAL | Carolina Fonseca

DESIGNER EDITORIAL | Gustavo Zeferino e Luis Otávio Ferreira

CONSELHO EDITORIAL | Alessandra Mara de Freitas Silva; Alexandre Moraes da Rosa; Bruno Miragem; Carlos Maria Cárcova; Cássio Augusto de Barros Brant; Cristian Kiefer da Silva; Cristiane Dupret; Edson Nakata Jr; Georges Abboud; Henderson Fürst; Henrique Garbellini Carnio; Henrique Júdice Magalhães; Leonardo Isaac Yarochevsky; Lucas Moraes Martins; Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme; Nuno Miguel Branco de Sá Viana Rebelo; Renata de Lima Rodrigues; Rubens Casara; Salah H. Khaled Jr; Willis Santiago Guerra Filho.

Todos os direitos reservados.
Não é permitida a reprodução desta obra sem
aprovação do Grupo Editorial Letramento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

C794c Cordeiro, Nefi

Colaboração premiada: atualizada pela lei anticrime / Nefi Cordeiro.
- Belo Horizonte : Letramento ; Casa do Direito, 2020.
300 p. ; 15,5cm x 22,5cm.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-86025-74-3

1. Direito penal. 2. Colaboração premiada. 3. Negociação. I. Título.

2020-2438

CDD 345
CDU 343

Elaborado por Odílio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito penal 345
2. Direito penal 343

Belo Horizonte - MG
Rua Magnólia, 1086
Bairro Caiçara
CEP 30770-020
Fone 31 3327-5771
contato@editoraletramento.com.br
editoraletramento.com.br
casadodireito.com


Grupo
Editorial
LETRAMENTO


**CASA DO
DIREITO**

Casa do Direito é o selo jurídico do
Grupo Editorial Letramento

- 14 **1. PLEA BARGAINING NORTE-AMERICANO**
- 15 1.1. **A CONSTRUÇÃO DA PLEA BARGAINING**
- 15 1.1.1. INFLUÊNCIA INGLESA
- 18 1.1.2. PLEA BARGAINING AMERICANA
- 19 1.1.3. MODELO ADVERSARIAL E SUA SUBSTITUIÇÃO PELO
 PROCESSO BUROCRÁTICO COOPERATIVO
- 21 1.2. **TRATAMENTO DA PLEA BARGAINING**
- 21 1.2.1. PROCEDIMENTO DA PLEA BARGAINING
- 23 1.2.2. REQUISITOS DA PLEA BARGAINING
- 26 1.2.3. PRINCÍPIOS DA PLEA BARGAINING
- 28 1.3. **CRÍTICAS À PLEA BARGAINING**
- 30 1.4. **CONCLUSÕES**
- 32 **2. O PATTEGGIAMENTO ITALIANO**
- 33 2.1. A BUSCA DO SISTEMA ACUSATÓRIO
- 37 2.2. O PATTEGGIAMENTO E A REFORMA PROCESSUAL ITALIANA
- 49 2.3. COLABORAÇÃO EM DELITOS GRAVES
- 53 2.4. CONSEQUÊNCIAS DO PATTEGGIAMENTO E DA COLABORAÇÃO
- 58 2.5. **CONCLUSÕES**
- 58 **3. COLABORAÇÃO PREMIADA NA AMÉRICA LATINA:
 ARGENTINA, CHILE, COLÔMBIA E COSTA RICA**
- 58 3.1. **ARGENTINA: "IMPUTADO ARREPENDIDO"**
- 58 3.1.1. A LEI DO ARREPENDIDO
- 65 3.1.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS
- 68 3.1.3. EFICIÊNCIA DA LEI DO ARREPENDIDO NA ARGENTINA
- 70 3.2. **CHILE: "PROCEDIMIENTO ABREVIADO, ACUERDOS Y PREACUERDOS"**
- 81 3.3. **COLÔMBIA: "ACUERDOS DE CULPABILIDADE, 'BENEFICIO
 PARA LA COLABORACIÓN', Y DISPONIBILIDAD MINISTERIAL
 PARA LA COLABORACIÓN CRIMINAL"**
- 86 3.4. **COSTA RICA: "EL CRITERIO DE OPORTUNIDAD"**
- 91 3.5. **CONCLUSÕES**

93 4. OUTROS PAÍSES

94 5. CONCLUSÕES

97 CARACTERES DA COLABORAÇÃO PREMIADA

98 1. EVOLUÇÃO LEGAL BRASILEIRA

100 1.1. LEI DOS CRIMES HEDIONDOS

101 1.2. LEI DO CRIME ORGANIZADO

102 1.3. LEI DOS CRIMES TRIBUTÁRIOS E ECONÔMICOS

104 1.4. LEI DE LAVAGEM DE CAPITALS

105 1.5. LEI DE PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS E TESTEMUNHAS

107 1.6. LEI DE TÓXICOS – HOJE REVOGADA LEI Nº 10.409/2002

108 1.7. LEI DE DROGAS - LEI Nº 11.343/2006

109 1.8. CONFLITO DE LEIS

112 2. CARACTERES ESTÁVEIS DA LEGISLAÇÃO PREMIAL

112 2.1. CRITÉRIO DO FAVOR JUDICIAL

113 2.2. CRITÉRIO DA PROPORÇÃO DO FAVOR

113 2.3. CRITÉRIO DO RESULTADO

115 2.4. CRITÉRIO DA VOLUNTARIEDADE

118 2.5. CRITÉRIO DA UTILIDADE

121 CARACTERES NA LEI DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA

127 1. O NEGÓCIO JURÍDICO

127 1.1. NEGÓCIO JURÍDICO PARA A OBTENÇÃO DE PROVAS

135 1.2. NEGOCIADORES

138 1.3. AUTOCOLABORAÇÃO

141 1.4. SUBSIDIARIEDADE OU "MULETA INVESTIGATÓRIA"

142 2. APLICAÇÃO DO FAVOR

142 2.1. FAVOR JUDICIAL E FAVOR MINISTERIAL

144 2.2. FAVOR DE RESULTADO

- 145 **3. OBJETO DA DELAÇÃO**
- 145 3.1. ESTRATÉGIA DE DEFESA
- 149 3.2. CRITÉRIO DA UTILIDADE
- 153 3.3. SIGILO E IMPUGNAÇÃO DO ACORDO
- 158 **4. A COLABORAÇÃO E O PROCESSO**
- 158 4.1. RENÚNCIA AO SILÊNCIO
- 180 4.2. CORROBORAÇÃO DA COLABORAÇÃO
- 185 4.3. COLABORADOR E CONTRADITÓRIO
- 172 4.4. DESFAZIMENTO DA COLABORAÇÃO

179 **LIMITES DA NEGOCIAÇÃO**

- 178 **1. LIMITES LEGAIS**
- 180 1.1. FAVORES EXTRALEGAIS
- 188 1.2. DEVERES EXTRALEGAIS
- 188 1.3. PENA INVENTADA
- 182 1.4. EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA
- 194 **2. O PROCESSO PENAL COMO LIMITADOR PRINCIPOLÓGICO**
- 195 2.1. MODELO INQUISITÓRIO
- 189 2.2. ANTERIORIDADE LEGAL DA PENA
- 200 2.3. OUTROS PRINCÍPIOS DE INCIDÊNCIA
- 202 **3. A CONSTITUIÇÃO GARANTISTA**
- 203 3.1. JURISDICIONALIDADE DA PENA
- 207 3.2. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
- 207 3.2.1. A EFICIÊNCIA
- 209 3.2.2. A IMPESSOALIDADE, MORALIDADE E PUBLICIDADE
- 213 3.2.3. PROPORCIONALIDADE E ISONOMIA

217 **CONTROLES NECESSÁRIOS**

- 218 **1. CONTROLE INTERNO MINISTERIAL**
- 219 1.1. INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL, CONTROLE E REVISÃO
- 223 1.2. CONTROLES POR AÇÃO CONJUNTA OU REVISIONAL

- 230 2. CONTROLE JUDICIAL NA HOMOLOGAÇÃO
- 231 2.1. CONTROLE JUDICIAL DA LEGALIDADE
- 232 2.2. ACESSO JUDICIAL AO MÉRITO DA NEGOCIAÇÃO
- 235 2.3. MOMENTO DO CONTROLE JUDICIAL DA LEGALIDADE
- 237 3. CONTROLE JUDICIAL DOS ADITAMENTOS
- 239 4. CONTROLE JUDICIAL NA SENTENÇA

244 COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI ANTICRIME

- 244 1. COMPETÊNCIA DO JUIZ DE GARANTIAS
- 251 2. PROCEDIMENTO
- 252 2.1. FUNDAMENTAÇÃO MINISTERIAL
- 259 2.2. CONFIDENCIALIDADE
- 260 2.3. DETALHAMENTOS DO ACORDO
- 262 2.4. DESCONHECIMENTO PARA A NÃO PERSECUÇÃO CRIMINAL
- 263 3. PROVAS
- 265 3.1. INVESTIGAÇÕES E PROVAS ANTECIPADAS
- 267 4. LIMITE DE UTILIDADE DA DELAÇÃO
- 274 5. RESCISÃO
- 278 6. INTERVENÇÃO JUDICIAL
- 284 7. CONCLUSÕES

286 CONSIDERAÇÕES FINAIS

291 REFERÊNCIAS